

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PA001067/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/12/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR066808/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 13620.201359/2023-41
DATA DO PROTOCOLO: 18/12/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DAS EMP NAV FLUV E LAC E AGENC NAV NO ESTADO PARA, CNPJ n. 04.975.645/0001-09, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DARIO GONCALVES PANTOJA NETO;

E

SINDICATO DOS MARINHEIROS E MOCOS DE MAQUINAS EM TRANSPORTES FLUVIAIS E MARITIMOS NOS ESTADOS DO PARA E AMAPA, CNPJ n. 04.975.157/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LEONARDO DOS SANTOS CORREA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de **01º de setembro de 2023** a 31 de agosto de 2025 e a **data-base da categoria em 01º de setembro.**

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Categoria dos Marinheiros de Máquinas (MNM), Moço de Máquinas (MOM), Marinheiro Fluvial de Máquinas (MFM) e Marinheiro Auxiliar de Máquinas (MAM), Marinheiro Fluvial Auxiliar de Máquinas (MMA)**, com abrangência territorial em **PA**.

Salários, Reajustes e Pagamento**Reajustes/Correções Salariais****CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL**

O salário da categoria profissional conveniente será reajustado em **5% (CINCO POR CENTO)**, calculado sobre a remuneração vigente em agosto de 2023, compensando-se os reajustes concedidos espontaneamente pelas empresas;

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Em decorrência do reajuste acima concedido, fica quitada toda a inflação do período em

revisão (1º de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023), apurada rigorosamente pelas partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: DO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DE REAJUSTE

Em razão do fechamento das negociações apenas no mês de dezembro/2023, fica estipulado que a diferença dos reajustes da remuneração dos meses de setembro, outubro e novembro, serão pagas em duas (02) parcelas iguais, **a serem quitadas na folha de pagamento dos meses de dezembro/2023 e janeiro/2024.**

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Na hipótese de DEMISSÃO, de GOZO ou INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS do empregado no período de 01/09/2023 a 31/08/2024, as Verbas Rescisórias e Férias serão pagas com base no reajuste integral de 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUARTA - FORMAS E PRAZOS – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento dos salários dos fluviários deverá ser mensal, sendo aceita a sua antecipação, a critério do empregador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As empresas comprometem-se a efetivar o pagamento dos salários, 13º salário, parcelas estas que serão pagas relativamente aos dias efetivamente trabalhados, férias e depósito de FGTS de acordo com o que preceituam os diplomas que regem esses direitos, conforme exigibilidade de prazos preceituados na CLT, limitando a multa por infringência desta cláusula à duas (02) soldadas base.

PARÁGRAFO SEGUNDO – PAGAMENTO EM CHEQUE

Se o pagamento do salário for feito em cheque, a Empresa concederá ao tripulante ou empregado o tempo necessário para descontá-lo no mesmo dia perante o estabelecimento bancário.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Quando a viagem tiver duração inferior a 15 (quinze) dias, ainda assim, serão pagos os

direitos do tripulante, na proporção de 1/12.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - TABELA SALARIAL

O pagamento do salário do empregado será sempre de acordo com as parcelas e valores contidos na tabela salarial, já calculados de acordo com a redação das Cláusulas previstas na presente CCT, para cada verba trabalhista.

PARÁGRAFO ÚNICO:

O pagamento pela empresa dos valores contidos na tabela salarial, quita a empresa de toda a obrigação concernente à remuneração, não podendo ser objeto de discussão judicial, tendo em vista que a tabela salarial foi devidamente negociada e ratificada pelos sindicatos acordantes, fazendo parte integrante desta Convenção. Ressalvando apenas quando o empregado passa a ter direito ao pagamento do adicional por tempo de serviço, assim como outra parcela que venha a ser paga pela empresa, desde que essa parcela não esteja prevista nesse Instrumento Coletivo (Tabela Salarial), e que por ventura, venha a modificar o cálculo da tabela salarial.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas de navegação fluvial e lacustre ficam autorizadas a descontar e remeter aos sindicatos das categorias profissionais demandantes a importância correspondente a 10% da saldada-base, referente ao pagamento do mês de **dezembro/2023**, que for efetivado a seus empregados sindicalizados, em decorrência deste reajuste salarial, conforme autorização dada pelos mesmos em assembleia geral.

PARÁGRAFO ÚNICO:

As empresas de navegação fluvial e lacustre obrigam-se a cumprir fielmente o disposto no artigo 545 da CLT desde que sejam solicitadas pelo sindicato representativo da categoria profissional, exclusivamente quanto aos EMPREGADOS SINDICALIZADOS. Havendo discordância quanto ao desconto, tal fato deve ser decidido junto ao sindicato.

CLÁUSULA SÉTIMA - MENSALIDADES SINDICAIS

As empresas de navegação fluvial e lacustre ficam obrigadas a repassarem os descontos de mensalidades sindicais aos sindicatos fluviários até o 10º (décimo) dia subsequente ao mês vencido, sob pena de multa de 15% (quinze por cento), juros e correção monetária sobre o montante retido.

CLÁUSULA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA

A Contribuição Sindical Urbana dos empregados deverá ser descontada a importância correspondente a um(1) dia de trabalho **de remuneração mensal** da folha de pagamento no mês de março e recolhida no mês de abril de cada ano (art. 582 combinado com o art. 583 da CLT) na GRCSU emitida através do portal da Caixa Econômica Federal utilizando o Código Sindical nº **06559** do SINDICATO DOS MARINHEIROS E MOCOS DE MAQUINAS EM TRANSPORTES FLUVIAIS E MARITIMOS NOS ESTADOS DO PARA E AMAPA.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA NONA - GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Quando a embarcação **só lotar 01 (um) marinheiro fluvial de máquinas ou marinheiro auxiliar de máquinas**, farão eles jus a uma gratificação de função de **20% (vinte por cento) da soldada-base**, com repercussão nos demais direitos trabalhistas.

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA - VANTAGENS EM OCUPAR FUNÇÃO SUPERIOR

Quando o fluviário ocupar categoria superior a bordo, por necessidade da Empresa e devidamente autorizado pela autoridade competente perceberá a soldada-base e demais vantagens dessa categoria superior, não cumulativa com a gratificação de função anteriormente ocupada.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE HORAS-EXTRAS

Atendendo às circunstâncias especiais da prestação dos serviços que desaconselham o aponte direto das horas extraordinárias de trabalho, as partes convencionais estabelecem para as categorias profissionais acordantes em 120 (cento e vinte) o número de horas extraordinárias trabalhadas mensalmente, que serão pagas pelo valor correspondente a 188,57 (cento e oitenta e oito vírgula cinquenta e sete) dos valores da soldada-base mensal acrescida da etapa, gratificações, adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, (prêmios a qualquer título) pagos ao tripulante, acrescido ao resultado o percentual de 50% (cinquenta por cento) que se constituirão parte integrante do salário do fluviário em qualquer situação (embarcado ou desembarcado).

MEMÓRIA DO CÁLCULO: 44 horas semanais: 7 dias - 6,29 horas diárias x 30 dias = 188,57 divisor mensal para o cálculo da hora normal.

PARÁGRAFO ÚNICO:

O pagamento das 120 (cento e vinte) horas extras na fórmula desta cláusula quita o empregador de toda a obrigação concernente à remuneração dos serviços extraordinários e desobriga o armador de elaborar mapas de horas extras e controle de quarto de serviço e divisão de bordo.

Adicional de Tempo de Serviço**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRIÊNIO**

O adicional por tempo de serviço será pago a razão de **5% da soldada base mensal, para cada três anos de serviço na mesma empresa**, de forma ininterrupta, repercutindo este adicional sobre todos os demais direitos trabalhistas, horas extras, adicional noturno, repouso remunerado, férias, 13º salário e depósito do FGTS.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Considera-se dispensa arbitrária, impeditiva da aquisição do direito ao triênio, se o empregado for demitido e readmitido dentro do prazo de 60 dias a contar da data de sua demissão, e neste caso será computado o período anterior na contagem do triênio.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL NOTURNO

O **ADICIONAL NOTURNO** será pago à razão de 20% (vinte por cento) **incidentes sobre a hora normal** composta pela soldada-base e etapa, com a exceção prevista no parágrafo primeiro da cláusula décima sétima, gratificação de comando ou função, adicional de insalubridade ou periculosidade e será pago a todos os integrantes representados pelos sindicatos acordantes, indistintamente.

MEMÓRIA DO CÁLCULO: Adicional x 8 horas x 30.

PARÁGRAFO ÚNICO

O adicional noturno pago na forma prevista nesta cláusula, quita o armador para todos os efeitos legais no que se refere ao mencionado direito.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PERICULOSIDADE E/OU INSALUBRIDADE

Os adicionais de periculosidade e/ou insalubridade serão pagos à **razão de 30% da soldada-base e etapa**, com repercussão nas demais verbas trabalhistas, horas extras, adicional noturno, repouso remunerado, férias, 13º salário e depósito do FGTS.

PARÁGRAFO ÚNICO

O adicional pago na forma prevista nesta cláusula quita o armador para todos os efeitos legais no que se refere ao mencionado direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REPOUSO REMUNERADO

Em face das peculiaridades do trabalho fluvial, serão pagas, a título de dobra de remuneração dos dias de repouso, **5 diárias por mês** calculadas com todas as parcelas salariais: soldada-base, etapa, horas extras, gratificações, adicionais de insalubridade ou de

periculosidade, de tempo de serviço e noturno pagos ao tripulante, não sendo tais diárias compensadas com qualquer folga concedida em terra. A dobra dos repousos terá direta repercussão no pagamento de férias, 13º salário e depósito de FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento dos repousos remunerados na forma acima quita o empregador de toda a obrigação concernente à remuneração dos serviços em dias destinados ao repouso do tripulante e será sempre pago em dobro, nunca em triplo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os dias de repouso previstos na presente cláusula não poderão ser compensados com qualquer folga concedida em terra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ainda que a critério da empresa haja a efetiva concessão do repouso remunerado, o pagamento previsto no caput desta cláusula será devido ao fluviário.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ETAPAS

A etapa "in natura" sofrerá o mesmo reajuste da cláusula terceira, a vigorar com o seguinte valor mensal: **R\$218,14** (duzentos e dezoito reais e quatorze centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPLEMENTAÇÃO DE ETAPA

Quando o tripulante estiver em terra à disposição do armador, por conveniência da empresa, ou à disposição do sindicato de classe, na presidência, ser-lhe-á paga uma complementação no valor de **R\$26,53** diários, reajustada na forma da legislação em vigor de conformidade com a cláusula terceira, sem que essa complementação sofra desconto ou recolhimento relativo à etapa "In natura" e incidência nos demais direitos, ficando desobrigada de tal encargo a empresa que fornecer alimentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A complementação de que trata a cláusula acima não repercutirá na soldada-base, bem como em qualquer outra parcela remuneratória.

PARÁGRAFO**SEGUNDO:**

As empresas fornecerão alimentação de acordo com a gramagem estabelecida pelo órgão competente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORNECIMENTO DE RANCHO

Fica proibido às empresas fornecerem numerário aos tripulantes com a finalidade de adquirirem gêneros alimentícios destinados ao consumo dos fluviários, devendo o rancho ser fornecido diretamente pelo armador, exceto à navegação de Travessia.

Auxílio Doença/Invalidez**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OUTROS AUXÍLIOS**

Em caso de hospitalização do tripulante fora do seu domicílio, o armador ou empresa arcarão com os custos médicos hospitalares, bem como o pagamento dos salários e vantagens dos dias de doença até a transferência e legalização junto ao INSS. Em caso de doença ou acidente diagnosticado como grave ou gravíssimo, se não for possível a sua transferência para o seu domicílio, o armador ou empresa **fornecerá estadia, limitada ao valor de duas (02) soldadas base, pelo período que for internado e passagens pelo meio mais rápido a um (01) membro da família do tripulante, a fim de lhe fazer companhia até o dia da liberação médica.**

Auxílio Morte/Funeral**CLÁUSULA VIGÉSIMA - TRASLADO DO CORPO DO TRIPULANTE**

O empregador ficará obrigado a transladar o corpo do tripulante falecido em viagem, para a cidade onde residir sua família à época do falecimento.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO REGRESSO

Os tripulantes, quando contratados por viagem, terão direito, além da soldada correspondente, passagem de regresso ao seu domicílio de origem, hospedagem e ajuda de custo de 70% (setenta por cento) sobre a remuneração percebida, salvo se dispensados por justa causa, ou manifestarem expressamente vontade de permanecer no porto e/ou localidade onde se encontrarem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO POR SINISTRO A BORDO

Na hipótese de sinistro a bordo devidamente comprovado através de inquérito pela autoridade naval que resulte na perda total de objetos de uso pessoal e uniforme do tripulante, ser-lhe-á assegurada uma indenização por tal perda, correspondente a 08 (oito) soldadas-base, ficando-lhe assegurada ainda, a indenização de qualquer outro objeto, desde que declarado antes da viagem, junto ao escritório do Armador, salvo quando o tripulante for culpado pelo sinistro.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**Desligamento/Demissão****CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DESEMBARQUE DO TRIPULANTE**

Quando os tripulantes forem desembarcados, por conveniência da empresa (disponibilidade remunerada) ou por emprego em terra com o mesmo armador, perceberá sua remuneração integral, ou seja: soldada-base, etapa, insalubridade/periculosidade, gratificações, horas extras, adicional noturno, repouso remunerado e todos os demais direitos trabalhistas.

Aviso Prévio**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PAGAMENTO DO AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio será sempre pago na forma prevista no Inciso II, do Art. 487, da CLT, quando o contrato de trabalho for a prazo indeterminado ou ocorrer, somatória, prorrogação ou sucessão de contratos, a prazo determinado, mais de 2 (duas) viagens redondas. Fica vedada a contratação a título de experiência.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

Para contratos de trabalho com duração superior a 01 (um) ano o empregador poderá realizar a homologação da rescisão do contrato de trabalho do tripulante junto ao respectivo sindicato profissional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RESCISÃO CONTRATUAL

Na rescisão contratual sem justa causa ou em caso de pedido de demissão do empregado fluvial, o desembarque do tripulante perante à Capitania dos Portos deverá ser simultâneo com a data de sua saída anotada na CTPS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento das verbas rescisórias incontroversas deverá ser efetuado até o 10º dia consecutivo após a dispensa do empregado, sob pena de, expirado esse prazo, o empregador pagar a multa correspondente a um dia de salário integral, por cada dia de atraso, até a data em que se cumprir a obrigação, salvo quando ocorrer culpa do empregado. A multa será cobrada a partir do dia imediato ao da dispensa ou término do aviso prévio até a data em que o pagamento for efetivado administrativa ou judicialmente, ficando limitada tal penalidade a 100% (cem por cento) das verbas rescisórias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não incorrerá na multa prevista no parágrafo anterior às empresas que fizerem a entrega das rescisões ao sindicato profissional dentro do período acima descrito, para que este faça as conferências e homologações, devendo apor a data do recebimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - SEGURO EM GRUPO

As empresas de navegação fluvial e lacustre devem manter as suas expensas, seguro em grupo para os seus empregados fluviais, cobrindo os riscos por morte acidental, natural ou invalidez permanente, decorrente de acidente ou não, sendo que a indenização estipulada no contrato celebrado não poderá ser inferior a quarenta e cinco (45) soldadas-base percebidas pelos tripulantes acima mencionados, vigente no mês do pagamento pela seguradora, quando de sua morte ou acidente que venha a deixar os mesmos inválidos. Não efetuando o empregador o seguro de que trata esta cláusula ficará obrigado a indenizar os dependentes do tripulante, no caso de morte ou invalidez, no valor acima estipulado e devidamente atualizado

na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO

O empregador terá a opção de não contratar o seguro, neste caso, ficará obrigado a indenizar o tripulante ou dependentes, conforme previsto no caput desta cláusula, como se segurado estivesse, não sendo caracterizado o descumprimento convencional, desde que quitado até 30 dias após o prazo do evento MORTE ou INVALIDEZ declarado pelo órgão oficial.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO - GARANTIA DE SALÁRIOS

Para a realização de curso de aperfeiçoamento, fica facultado ao armador designar, a seu critério, o mínimo de 10% do total dos cartões de lotação de sua empresa, dentro da categoria pertinente ao curso, assegurado o pagamento de sua remuneração total, enquanto vigor o curso. Contudo, findo este, não poderá o tripulante deixar a empresa antes de completar um ano de serviço, sob pena de pagar ao armador uma indenização correspondente aos salários que recebeu durante o período do referido afastamento.

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FUNÇÃO DE ESTIVA

Quando houver no porto entidade estivadora devidamente registrada e reconhecida no órgão competente, poderá a empresa deixar de empregar o tripulante para exercer a atividade a ela correlata. Em caso contrário, compromete-se a remunerá-lo pelo exercício da aludida atividade pelo valor equivalente a uma hora de salário/dia (com todas as parcelas remuneratórias) por hora de efetivo trabalho, sendo a fração hora considerada como hora integral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - SERVIÇO DE BOMBEADOR

Nas embarcações que transportem combustíveis à granel, havendo serviço de bombeador, o mesmo deverá ser executado por pessoal de terra, não se constituindo obrigação da tripulação.

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO POR QUEBRA DE MATERIAL DE SERVIÇO**

Não é permitido o desconto por quebra de material, salvo na hipótese de dolo, desídia ou recusa de apresentação dos objetos danificados ou ainda, havendo previsão contratual.

Igualdade de Oportunidades**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PROMOÇÃO DE FUNÇÃO**

Ao tripulante que houver melhorado sua carta de aperfeiçoamento no CIABA ou organismo de ensino náutico equivalente, nas condições estipuladas na Cláusula 28ª desta Convenção Coletiva, fica assegurado o direito de ser promovido para a categoria correspondente a da nova carta na mesma empresa, quando ocorrer vaga.

Estabilidade Aposentadoria**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA APOSENTADORIA**

É garantido o emprego ao tripulante que contar mais de 02 (dois) anos de trabalho ininterrupto à mesma empresa e estiver a menos de 03 (três) anos para se aposentar por tempo de serviço perante a Previdência Social ou órgão assemelhado, excetuando o caso de cometer ato faltoso que enseje a sua dispensa por justa causa, independentemente de inquérito judicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Perderá o direito à garantia do emprego, de que trata o caput desta cláusula, o empregado demitido que não comprovar até 90 (noventa) dias a contar da data da aquisição do direito o prazo de três anos para sua aposentadoria. A comprovação se dará exclusivamente através de certidão expedida pela Previdência Social.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

O direito previsto na cláusula em questão não alcança os tripulantes contratados a prazo determinado.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**Intervalos para Descanso****CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - FOLGAS**

A cada 60 (sessenta) dias de serviços prestados ao mesmo empregador o aquaviário que trabalhe cumprindo rotas aquaviárias entre portos, incluindo o de seu domicílio, faz jus a **12 (doze)** dias de folga que **deverá ser gozado no porto de seu domicílio desembarcado**, percebendo a remuneração de tal período com todos os salários e vantagens como se estivessem a bordo trabalhando, soldada base, etapa, insalubridade/periculosidade, horas extras, adicional noturno, repouso remunerado e todos os demais direitos trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A folga que trata o caput desta cláusula não se aplica aos empregados de travessias e apoio portuário, assim como os empregados que atuem em atividades administrativas no porto, que poderão ter o descanso semanal remunerado regulado por lei ou por situação específica definida por ACORDO COLETIVO de Trabalho, a ser firmado individual entre a empresa e o Sindicato Profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Completados os 60 (sessenta) dias e estando o empregado fora do porto de seu domicílio, a folga será concedida por ocasião do seu retorno ao porto de origem, computando-se os dias excedentes para novo período aquisitivo de folga.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Não será admitida a acumulação de períodos de folgas, salvo na ocorrência das hipóteses previstas no artigo 61 e artigo 501 da CLT e no caso do parágrafo segundo acima.

PARÁGRAFO QUARTO:

As empresas de navegação se comprometem a confeccionar documento próprio para concessão da folga onde deve constar período aquisitivo e o respectivo período de gozo com cópia ao trabalhador e através do qual podem ser compensados eventuais dias de folga concedidos no período.

Férias e Licenças**Outras disposições sobre férias e licenças****CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CANCELAMENTO/MODIFICAÇÃO DE FÉRIAS**

Comunicado ao empregado o período de gozo de férias individuais ou coletivas, o Empregador somente poderá cancelar ou modificar o início previsto se ocorrer necessidade imperiosa e, ainda assim, mediante ressarcimento ao tripulante dos prejuízos financeiros, desde que comprovados em até 4 (quatro) dias após ser noticiado sobre o cancelamento de suas férias.

Saúde e Segurança do Trabalhador**Condições de Ambiente de Trabalho****CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INSTALAÇÃO DE FILTROS E PURIFICADORES DE ÁGUA**

As empresas de navegação e os armadores individuais que não fornecerem água mineral aos trabalhadores se obrigam a instalar em suas embarcações filtros de argila ou louça, dotados de velas para purificação da água a ser consumida pela tripulação.

Exames Médicos**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EXAMES MÉDICOS OBRIGATÓRIOS**

Os exames médicos obrigatórios por lei serão integralmente custeados pelas empresas e deverão ser realizados anualmente por todos os integrantes da categoria representados pelo Sindicato Profissional, sem que se configure infringência à convenção coletiva.

Relações Sindicais**Representante Sindical****CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA DO PRESIDENTE**

As Empresas licenciarão os tripulantes eleitos Presidentes de cada sindicato laboral ou Federação abrangida pela presente convenção ou seu substituto, assegurando-lhe a remuneração integral que recebia em atividade, bem como desobrigando-o da marcação de ponto em terra. As empresas licenciarão até dois presidentes de sindicato de seus quadros de empregados, aqueles mais antigos por ordem de eleição.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - PARTICIPAÇÃO EM AGE

Fica assegurada pelos empregadores a frequência livre de 01 (um) dia por ano dos empregados para participarem de assembleia e/ou reunião, desde que devidamente convocada e comprovada pela entidade sindical à empresa, no mínimo, 15 (quinze) dias antes do evento faltoso, sem que constitua falta injustificada ao serviço, limitando a liberação a 33% (trinta e três por cento) de cada categoria profissional, por empresa.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DIRETORIA - ESTABILIDADE

Fica ajustado entre as partes convenientes que o número de diretores do Sindicato ou da Federação, **será reduzido para 20 (vinte) entre titulares e suplentes, e gozarão de estabilidade sindical provisória.**

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

As Empresas admitirão a fixação no quadro de aviso de comunicação de interesse da categoria profissional, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONCILIAÇÃO PRÉVIA INTERSINDICAL

As entidades sindicais acordantes colocam a disposição de seus associados a possibilidade de mediação de conflitos relacionados ao descumprimento das cláusulas da presente CCT, envolvendo empregadores e seus empregados, inclusive com a intervenção dos respectivos sindicatos, facultando a presença de advogados.

PARAGRAFO PRIMEIRO

O sindicato profissional acionará o sindicato patronal, mediante protocolo, que por sua vez acionará a empresa associada, no prazo de dois (2) dias uteis, para exercer o direito a conciliação ou a sua recusa.

PARAGRAFO SEGUNDO

Fica a cargo do sindicato patronal designar reunião de conciliação em até cinco (5) dias uteis, após a notificação prevista no parágrafo anterior, comunicando ao sindicato obreiro o local, dia e hora da realização da reunião, sob pena de considerar frustrada a negociação.

PARAGRAFO TERCEIRO

Fica a cargo da entidade patronal a confecção da ata, ao término da audiência, que para a sua validade deverá ser assinada pelas partes envolvidas.

PARAGRAFO QUARTO

Uma vez frustrada a possibilidade de conciliação, pela via amigável, fica a entidade sindical profissional facultada a ingressar na justiça do trabalho com a ação de cumprimento de qualquer das cláusulas da presente convenção coletiva.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CAMPO DE APLICAÇÃO

A presente Convenção Coletiva de Trabalho aplica-se a todas as Empresas de Navegação Fluvial, Lacustre, Agências de Navegação, inclusive às sociedades de economia mista e outras entidades, aos Armadores individuais e todas as pessoas jurídicas de direito público interno, capitulados no Parágrafo 1º do Art. 173 da Constituição Federal, sujeitas ao regime jurídico das Empresas privadas quanto ao Direito do Trabalho, que explorem atividades econômicas de transporte aquaviário e navegação no Estado do Pará.

Descumprimento do Instrumento Coletivo**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO**

A infringência a qualquer das Cláusulas da presente Convenção Coletiva importará na aplicação de penalidade de multa, equivalente a 03 (três) soldadas-base, cobrável em dobro em caso de reincidência, não cumulativa com outras multas eventualmente previstas na presente convenção ou Lei, que reverterão em favor do empregado, da empresa ou da entidade sindical prejudicada, conforme o caso.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - RENOVAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

Em 01/09/2024, os sindicatos acordantes manterão todas as cláusulas presentes neste instrumento, **com exceção da cláusula do reajuste salarial**, o qual será negociado entre os sindicatos.

Outras Disposições**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - OUTROS REGULAMENTOS**

Serão mantidos e obedecidos, embora não citados nesta Convenção Coletiva, os regulamentos e portarias, bem como outras normas que vierem a ser instituídas por ato das autoridades competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO:

A presente convenção coletiva não altera as Normas de Autoridade Marítima para Aquaviários, Normam 13, devendo esta última prevalecer em qualquer caso.

}

DARIO GONCALVES PANTOJA NETO
Presidente
SIND DAS EMP NAV FLUV E LAC E AGENC NAV NO ESTADO PARA

LEONARDO DOS SANTOS CORREA
Presidente
**SINDICATO DOS MARINHEIROS E MOCOS DE MAQUINAS EM TRANSPORTES FLUVIAIS E
MARITIMOS NOS ESTADOS DO PARA E AMAPA**

ANEXOS
ANEXO I - ATA ACEITAÇÃO FEMAPA 2023

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

TABELA GERAL DE REMUNERAÇÃO DE FLUVIÁRIOS
VIGÊNCIA: 01 DE SETEMBRO DE 2023 A 31 DE AGOSTO DE 2024

REAJUSTADA EM 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE A REMUNERAÇÃO MENSAL VIGENTE EM 31 DE AGOSTO DE 2023

	FUNÇÕES	SIGLAS	SOLDADA BASE	GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	ETAPAS - 30 -	INSALUBRIDADE	HORAS EXTRAS - 120 -	ADICIONAL NOTURNO - 30 -	REPOUSO REMUNERADO - 05 -	TOTAL DA REMUNERAÇÃO
MOTO RLISTAS	CONDUTOR MOTORISTA FLUVIAL	CTF	R\$ 1.149,76	R\$ 229,95	R\$ 218,14	R\$ 410,37	R\$ 1.916,95	R\$ 511,18	R\$ 739,39	R\$ 5.175,74
	SUPERVISOR DE MAQUINA FLUVIAL	SUF	R\$ 1.805,50	R\$ 0,00	R\$ 218,14	R\$ 607,09	R\$ 2.511,16	R\$ 669,64	R\$ 968,57	R\$ 6.780,10
FOGUIS TAS	MARINHEIRO FLUVIAL MAQUINA ARM COM CTF	MFM/MAM	R\$ 1.063,78	R\$ 0,00	R\$ 218,14	R\$ 384,58	R\$ 1.590,76	R\$ 424,20	R\$ 613,57	R\$ 4.295,03
	MARINHEIRO MAQUINA ARMADO SOZINHO	MFM/MAM	R\$ 1.063,78	R\$ 212,75	R\$ 218,14	R\$ 384,58	R\$ 1.793,83	R\$ 478,35	R\$ 691,90	R\$ 4.843,33
MESTRES	MESTRE FLUVIAL NO COMANDO	MFL	R\$ 1.191,98	R\$ 297,99	R\$ 218,14	R\$ 423,03	R\$ 2.034,28	R\$ 542,47	R\$ 784,65	R\$ 5.492,54
	MESTRE FLUVIAL NO CONVÉS	MFL	R\$ 1.191,98	R\$ 0,00	R\$ 218,14	R\$ 423,03	R\$ 1.749,84	R\$ 466,63	R\$ 674,93	R\$ 4.724,55
	MESTRE REGIONAL NO COMANDO	MR	R\$ 1.148,37	R\$ 287,08	R\$ 218,14	R\$ 409,95	R\$ 1.969,77	R\$ 525,27	R\$ 759,76	R\$ 5.318,34
	MESTRE REGIONAL NO CONVÉS	MR	R\$ 1.148,37	R\$ 0,00	R\$ 218,14	R\$ 409,95	R\$ 1.695,72	R\$ 452,18	R\$ 654,06	R\$ 4.578,42
CONTRAMESTRES	CONTRAMESTRE FLUVIAL NO COMANDO	CMF	R\$ 1.174,48	R\$ 293,62	R\$ 218,14	R\$ 417,78	R\$ 2.008,41	R\$ 535,56	R\$ 774,67	R\$ 5.422,66
	CONTRAMESTRE FLUVIAL NO CONVÉS	CMF	R\$ 1.174,48	R\$ 0,00	R\$ 218,14	R\$ 417,78	R\$ 1.728,14	R\$ 460,83	R\$ 666,56	R\$ 4.665,93
	AUXILIAR SAÚDE FLUVIAL	ASF	R\$ 1.174,48	R\$ 293,62	R\$ 218,14	R\$ 417,78	R\$ 2.008,41	R\$ 535,56	R\$ 774,67	R\$ 5.422,66
	MARINHEIRO FLUVIAL REGIONAL NO COMANDO	MFC/MAC/ /MAF	R\$ 1.063,56	R\$ 265,89	R\$ 218,14	R\$ 384,51	R\$ 1.844,29	R\$ 491,81	R\$ 711,36	R\$ 4.979,56
	MARINHEIRO FLUVIAL REGIONAL DO CONVÉS	MFC/MAC/ /MAF	R\$ 1.063,56	R\$ 0,00	R\$ 218,14	R\$ 384,51	R\$ 1.590,49	R\$ 424,13	R\$ 613,47	R\$ 4.294,30
COZIN HEIRO S	COZINHEIRO AQUAVIÁRIO	CZA	R\$ 1.063,53	R\$ 132,94	R\$ 218,14	R\$ 384,50	R\$ 1.717,35	R\$ 457,97	R\$ 662,41	R\$ 4.636,84
	TAIFEIRO AQUAVIÁRIO	TFA	R\$ 1.063,53	R\$ 66,48	R\$ 218,14	R\$ 384,50	R\$ 1.653,90	R\$ 441,03	R\$ 637,93	R\$ 4.465,51
OF NAUTICA	CAPITÃO FLUVIAL	CFL	R\$ 1.881,13	R\$ 2.461,71	R\$ 218,14	R\$ 629,78	R\$ 2.605,01	R\$ 694,67	R\$ 1.004,79	R\$ 9.495,23
	PILOTO FLUVIAL NA FUNÇÃO DE IMEDIATO	IMT	R\$ 1.738,32	R\$ 2.294,26	R\$ 218,14	R\$ 586,93	R\$ 2.427,81	R\$ 647,42	R\$ 936,44	R\$ 8.849,32
	PILOTO FLUVIAL NO COMANDO	PLF	R\$ 1.694,68	R\$ 1.602,21	R\$ 218,14	R\$ 573,85	R\$ 2.373,66	R\$ 632,97	R\$ 915,56	R\$ 8.011,07

As empresas de navegação pagarão ao Mestre Fluvial no comando/convés uma gratificação, no percentual de 20% sobre a soldada base (R\$238,40).
As empresas de navegação pagarão ao cozinheiro fluvial, uma gratificação, no valor de R\$600,00 (seiscentos reais), quando as empresas transportarem carretas acompanhadas de carreteiros.
Observação: Essas gratificações não terão incidência/repercussão sobre as demais parcelas e direitos trabalhistas, visto que na Tabela Salarial já existe uma gratificação de função.

Haroldo Rodrigues das Chagas
Diretor-Presidente
SINCOMAM

José Edson Pereira Lima
Presidente/CPF: 044.265.842-72

SINDMESPA
Ronaldo Silva
CPF: 102.406.402-68-Presidente

SINDICATO DOS MOTORISTAS E CONDUTORES EM TRANSPORTES FLUVIAIS DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ
José Pinheiro do Nascimento
CPF: 177.086.562-48
Presidente

SINDICATO DOS MAR E MÓDOS DE MÃO EM TRANSPORTE FLUVIAL MARÍTIMOS NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ-SINDIMMAO
Leonardo dos Santos Cordeiro
Presidente-CPF: 397.903.722-00

Sind. das Empresas de Navegação Fluvial Lacustre. e das Agênc. de Nav. no Est. PA.
Adriana C. F. Martins
Assessoria Jurídica
OAB-PA 7450

Sind. das Empresas de Navegação Fluvial Lacustre. e das Agênc. de Nav. no Est. PA.
Dário G. Pantoja Neto
Diretor Presidente
CPF: 744.198.972 - 87



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 08/05/2024 16:52:21 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Documento autenticado digitalmente em 08/05/2024 16:52:21 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 03/06/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP03.0624.13494.KSI1

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
11780E40CD0503CCC9938B9213AF5C726F875D00CA37029D096BB8EF614807F6